

Deliberação n.º 10/2020

Regulamento específico para apoio ao investimento na produção de bens e serviços relevantes para o COVID-19 – “Inovação Produtiva COVID-19”

Regulamento específico para apoio a atividades de Investigação e Desenvolvimento e ao investimento em Infraestruturas de Ensaio e Otimização (*upscaling*) no contexto do COVID-19 – “I&D COVID-19”

A Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria - CIC Portugal 2020, deliberou, por consulta escrita, nos termos e para os efeitos conjugados do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 setembro, na sua atual redação e ao abrigo do artigo 6.º do seu regulamento interno, aprovado em anexo à Deliberação n.º 27/2019, de 13 de novembro, sob proposta das Autoridades de Gestão respetivas e após parecer da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. e da Comissão Técnica de Sistema de Incentivos, em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 6/2015, de 8 de janeiro:

- a) Aprovar o Regulamento específico para apoio ao investimento na produção de bens e serviços relevantes para o COVID-19 - “Inovação Produtiva COVID-19”, que consta do anexo I à presente deliberação e que dela faz parte integrante;
- b) Aprovar o Regulamento específico para apoio a atividades de Investigação e Desenvolvimento e ao investimento em Infraestruturas de Ensaio e Otimização (*upscaling*) no contexto do COVID-19 - “I&D COVID-19”, que consta do anexo II à presente deliberação e que dela faz parte integrante.

CIC Portugal 2020, 14 de abril de 2020

O Ministro do Planeamento

(Nelson de Souza)

Anexo I

Regulamento específico para apoio ao investimento na produção de bens e serviços relevantes para o COVID-19 - "Inovação Produtiva COVID-19"

Artigo 1.º

Objeto

- 1- O presente regulamento tem por objeto a criação do Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva no contexto do COVID-19, sendo financiado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), no respeito pelas regras definidas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, que estabelece as regras gerais de aplicação dos programas operacionais financiados pelos FEEI ou por outras fontes nacionais.
- 2- O presente Sistema de Incentivos visa apoiar empresas que pretendam estabelecer, reforçar ou reverter as suas capacidades de produção de bens e serviços destinados a combater a pandemia do COVID-19, incluindo a construção e a modernização de instalações de testes e ensaios dos produtos relevantes do COVID-19.

Artigo 2.º

Definições

Para além das definições constantes no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e na Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro, ambos na sua atual redação, que aprova o Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização (RECI), para efeitos do presente regulamento, entende-se por:

- a) "Bens e serviços relevantes para fazer face à COVID-19" – medicamentos e tratamentos relevantes (incluindo vacinas), seus produtos intermédios, princípios farmacêuticos ativos e matérias-primas; dispositivos médicos e equipamento médico e hospitalar (incluindo ventiladores, vestuário e equipamento de proteção, bem como instrumentos de diagnóstico) e as matérias-primas necessárias; desinfetantes e seus produtos intermédios e substâncias químicas básicas necessárias para a sua produção e ferramentas de recolha e processamento de dados.
- b) Projeto de investimento de inovação produtiva em "bens e serviços relevantes do COVID-19" é o que visa a produção dos bens e serviços constantes da alínea anterior;

- c) “Data de conclusão do projeto” - considera-se para este efeito a data em que a instalação apoiada se encontra em condições operacionais de produzir os bens e serviços relevantes para fazer face à COVID-19, caso esta seja posterior à data de emissão da última fatura ou documento equivalente imputável ao projeto, com exceção das despesas elegíveis relativas a certificação contabilística e validação de pedidos de pagamento.

Artigo 3.º

Âmbito Territorial

O Sistema de Incentivo à Inovação Produtiva no contexto do COVID-19 tem aplicação em todo o território do continente.

Artigo 4.º

Âmbito setorial

- 1- São elegíveis as operações inseridas em todas as atividades económicas, que visem a produção de bens e serviços relevantes para fazer face à COVID-19, nos termos da definição constante na alínea a) do artigo 2.º.
- 2- As operações elegíveis nos termos do número anterior consideram-se enquadradas no domínio prioritário Saúde constante da Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3 Nacional e/ou Regional).

Artigo 5.º

Tipologia e prioridades de investimento

- 1- O sistema de incentivos às empresas previsto no presente regulamento abrange a tipologia de investimento designada por “Inovação Produtiva COVID-19”.
- 2- A tipologia de investimento referida no número anterior estrutura-se em duas áreas com respetivo enquadramento nas prioridades de investimento e objetivos temáticos dos programas operacionais financiadores:
 - a) Inovação produtiva COVID-19 - Não PME, enquadrado na prioridade de investimento 1.2.;
 - b) Inovação produtiva COVID-19 - PME, enquadrado na prioridade de investimento 3.3.

- 3- As tipologias de investimento indicadas nas alíneas a) e b) do número anterior consideram-se de natureza inovadora desde que direcionadas para o combate ao COVID-19 nos domínios referidos na alínea a) do artigo 2.º.
- 4- Incluem-se no número anterior os projetos de inovação de produto (bens e serviços) ou de processo através de novos ou melhorados métodos de fabrico, de logística e distribuição, bem como métodos organizacionais ou de *marketing* e ainda de projetos de expansão de capacidade que aumentem a oferta de bens e serviços destinados ao combate do COVID 19.

Artigo 6.º

Beneficiários

São beneficiárias as empresas (PME e grandes empresas) de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica.

Artigo 7.º

Critérios de elegibilidade dos beneficiários

No âmbito do presente regulamento são exigíveis, os seguintes critérios quanto aos beneficiários:

- a) Estar legalmente constituído;
- b) Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;
- c) Não ser uma empresa em dificuldade a 31 de dezembro de 2019, de acordo com a definição prevista no artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 16 de junho;
- d) Declarar que não se trata de uma empresa sujeita a uma injunção de recuperação, ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão que declara um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno, conforme previsto na alínea a) do n.º 4 do artigo 1º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 16 de junho;
- e) Para efeitos de comprovação do estatuto PME, obter ou atualizar a correspondente Certificação Eletrónica, prevista no Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, na sua redação atual, através do sítio do IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.).

Artigo 8.º

Critérios de elegibilidade dos projetos

- 1- Os critérios de elegibilidade dos projetos são os seguintes:
 - a) Ter por objetivo um investimento de inovação produtiva em bens e serviços relevantes para fazer face à COVID-19, conforme definidos na alínea a) do artigo 2.º;
 - b) Enquadrar-se nos objetivos e prioridades definidos nos avisos para apresentação de candidaturas;
 - c) Ter data de início dos trabalhos a partir de 1 de fevereiro de 2020;
 - d) Para os projetos iniciados antes da data indicada na alínea anterior, considera-se que o auxílio tem um efeito de incentivo quando for necessário para acelerar ou alargar o âmbito do projeto, sendo neste caso apenas elegíveis os custos adicionais relacionados com os esforços de aceleração dos trabalhos ou de alargamento do âmbito do projeto;
 - e) Ter uma duração máxima de execução de 6 meses, a contar da data de notificação da decisão favorável pela Autoridade de Gestão;
 - f) Integrar toda a informação exigida no âmbito da instrução do processo de candidatura, nos termos dos respetivos avisos, respeitando as condições e os prazos fixados;
 - g) Ter uma a pontuação de mérito no critério A-Qualidade do projeto superior a 1, que consta do Anexo ao presente regulamento, do qual faz parte integrante;
 - h) Estar em conformidade com as disposições legais, nacionais e europeias, e regulamentares que lhes forem aplicáveis.

- 2- Os avisos para apresentação de candidatura definem os limiares mínimos de investimento.

Artigo 9.º

Despesas elegíveis

- 1- Os custos elegíveis referem-se a todos os custos de investimento necessários para a produção de bens e serviços relevantes para o COVID-19, definidos na alínea a) do artigo 2.º, bem como o custo de novas instalações para ensaios de produção, relacionados com:
 - a) Custos de aquisição de máquinas e equipamentos, custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condições necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar, bem como custos com a adaptação de equipamentos e com a reorganização de linhas de produção e custos de matérias primas;

- b) Custos de aquisição de equipamentos informáticos, incluindo o *software* necessário ao seu funcionamento;
 - c) Transferência de tecnologia através da aquisição de direitos de patentes, nacionais e internacionais;
 - d) Licenças, «saber-fazer» ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente;
 - e) Custo com a construção de edifícios, obras de remodelação e outras construções, até ao limite de 50% das despesas elegíveis totais do projeto;
 - f) Despesas com a intervenção de contabilistas certificados ou revisores oficiais de contas, na validação da despesa dos pedidos de pagamento, até ao limite de 5.000 euros;
 - g) *Software standard* ou desenvolvido especificamente para determinado fim;
 - h) Estudos, diagnósticos, auditorias, consultoria técnico-científica, planos de marketing e projetos de arquitetura e de engenharia, associados ao projeto de investimento;
 - i) Testes e ensaios laboratoriais, certificações e avaliações de conformidade, essenciais para o desenvolvimento do projeto de investimento.
- 2- Os custos elegíveis apresentados nos pedidos de pagamento pelo beneficiário, assentam numa base de custos reais, tendo de ser justificados através de faturas pagas ou outros documentos contabilísticos de valor probatório equivalente.

Artigo 10.º

Despesas não elegíveis

Constituem despesas não elegíveis as referidas no artigo 7.º do RECI.

Artigo 11.º

Taxa de financiamento e forma de apoio

- 1- Os apoios são atribuídos sob a forma de subvenção não reembolsável, sendo aplicáveis as seguintes taxas de cofinanciamento:
- a) A taxa máxima de incentivo a atribuir é de 80%;
 - b) A taxa referida na alínea anterior pode ser majorada em 15 p.p. se o projeto for concluído no prazo de 2 meses a contar da data da notificação da decisão favorável da Autoridade de Gestão.

- 2- Sempre que o prazo máximo de execução de 6 meses não seja cumprido, por motivo imputável ao beneficiário, há lugar ao reembolso de 25% do apoio atribuído a título não reembolsável, por cada mês de atraso, para além do prazo máximo de execução, nas seguintes condições:
 - a) O plano de reembolso tem início 30 dias após a decisão de encerramento do projeto;
 - b) Sem pagamento de juros ou outros encargos;
 - c) As amortizações são efetuadas em prestações anuais, iguais e sucessivas;
 - d) O prazo de reembolso pode ir até 5 anos.
- 3- Para as mesmas despesas elegíveis os apoios concedidos ao abrigo do presente regulamento não são cumuláveis com outros auxílios ao investimento.

Artigo 12.º

Apresentação de candidatura

As candidaturas são apresentadas no âmbito de avisos para apresentação de candidaturas e são submetidas através de formulário eletrónico, disponível no Balcão 2020.

Artigo 13.º

Avisos para apresentação de candidaturas

Os avisos para apresentação de candidaturas devem observar o disposto no n.º 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Artigo 14.º

Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas

- 1- Os procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas são os constantes dos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, sem prejuízo do disposto nos números seguintes e nos avisos para apresentação de candidaturas.
- 2- Os Organismos Intermédios identificados no número 6 ou as Autoridades de Gestão, procedem à avaliação das candidaturas, emitindo parecer, com base nas condições de elegibilidade e nos critérios de seleção constantes no Anexo ao presente regulamento, do

- qual faz parte integrante, num prazo de 7 dias úteis, após a data de apresentação da candidatura.
- 3- A proposta de decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pelas Autoridades de Gestão no prazo de 10 dias úteis após a data de apresentação da candidatura e notificada ao beneficiário, no prazo de 3 dias úteis, a contar da data da sua emissão.
 - 4- As Autoridades de Gestão ou os Organismos Intermédios podem recorrer à assessoria técnica ou a pareceres de entidades com competências na matéria, designadamente do Ministério da Saúde, em particular na área do medicamento e da saúde pública, bem como de peritos externos, em função do âmbito dos projetos em análise.
 - 5- Os critérios de delimitação de intervenção das Autoridades de Gestão são definidos nos avisos para apresentação de candidaturas.
 - 6- Conforme estabelecido nos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, na sua redação atual, que define o modelo de governação do Portugal 2020, os Organismos Intermédios referidos no n.º 2 do presente artigo são:
 - a) A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. (AICEP, E.P.E), para os projetos que se enquadrem na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º dos seus estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, na sua atual redação;
 - b) A Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), para os restantes projetos.

Artigo 15.º

Aceitação da decisão

- 1- A aceitação da decisão da concessão do incentivo é feita mediante a assinatura do termo de aceitação, podendo para esse efeito utilizar o Cartão do Cidadão (CC) ou Chave Móvel Digital (CDM), com recurso ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP).
- 2- Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, na sua redação atual, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário.

Artigo 16.º

Obrigações dos beneficiários

- 1- Para além das obrigações previstas no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, devem ainda ser cumpridas as condições previstas no artigo 12.º do RECI.
- 2- Sempre que se verifique a oneração dos bens objeto de apoio ao abrigo do presente Sistema de incentivos, com a finalidade de garantir financiamento bancário, a mesma é considerada como autorizada, dispensando assim o pedido expresso do beneficiário, desde que partilhada com os Organismos Intermédios identificados no n.º 6.º do artigo 14.º.

Artigo 17.º

Pagamentos aos beneficiários

- 1- Os pagamentos aos beneficiários são efetuados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. e pelos Organismos Intermédios com competências delegadas nessa matéria, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.
- 2- Os pedidos de pagamento são apresentados pelos beneficiários no Balcão 2020.
- 3- Como regra geral aplicam-se os seguintes procedimentos:
 - a) É processado um adiantamento automático inicial após a validação do termo de aceitação, no montante equivalente a 50 % do incentivo aprovado, na modalidade de Pagamento a Título de Adiantamento (PTA);
 - b) Cada projeto apenas pode apresentar um pedido de Pagamento a Título de Reembolso Intercalar (PTRI), sobre o qual é processado o respetivo reembolso de despesas ao beneficiário no montante correspondente ao financiamento das despesas elegíveis realizadas e pagas;
 - c) O montante acumulado do pagamento a título adiantamento e de reembolso referido nas alíneas anteriores não pode exceder 95 % do montante de incentivo total aprovado;
 - d) O Pagamento a Título de Reembolso Final (PTRF) deve ser apresentado pelo beneficiário no prazo máximo de 30 dias após a data de conclusão do projeto, podendo este prazo ser prorrogado mediante justificação fundamentada a apresentar à autoridade de gestão ou ao organismo intermédio;

- e) A comprovação das despesas efetivamente incorridas, declaradas na modalidade de custos reais, é efetuada utilizando formulário eletrónico próprio disponibilizado no Balcão 2020, que inclui a Declaração de Despesa de Investimento, composta pelo Mapa Despesa do Investimento, validada pelo revisor oficial de contas (ROC), ou por contabilista certificado (CC) nos PTRI/PTRF com investimento elegível inferior a 200.000 euros ou em empresas não sujeitas à “certificação legal de contas”;
- f) O pagamento do saldo final apurado, que corresponde à diferença entre o incentivo final apurado e o somatório dos pagamentos efetuados, é processado uma vez efetuadas as verificações de gestão consideradas necessárias, ajustadas à proporcionalidade em função da dimensão dos projetos, por forma a comprovar a sua execução, bem como o cumprimento das condicionantes e obrigações do projeto.

Artigo 18.º

Acompanhamento e controlo

Conforme estabelecido nos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, na sua redação atual, os Organismos Intermédios designados por contrato de delegação de competências de gestão, para efetuar o acompanhamento da execução dos projetos e respetivos pagamentos são os referidos no n.º 6. do artigo 14.º, do presente regulamento, aplicando-se ainda o estabelecido no artigo 16.º do RECI.

Artigo 19.º

Critérios de seleção das candidaturas

- 1- As candidaturas são selecionadas com base numa avaliação de mérito do projeto, apurado através dos critérios de seleção aprovados e conforme referencial descrito no Anexo ao presente regulamento, do qual faz parte integrante.
- 2- Os projetos são selecionados em função da data de instrução completa do processo e até ao limite orçamental definido nos avisos para apresentação de candidaturas, sem prejuízo do referido limite poder ser reforçado por decisão das Autoridades de Gestão.

Artigo 20.º

Indicadores de realização e resultado

- 1- Como indicadores de realização e resultado para a tipologia de investimento “Inovação Produtiva COVID-19” ficam estabelecidos os seguintes:
 - a) Indicador de realização: Número de produtos (bens e serviços) relevantes do COVID-19 disponibilizados pelos projetos;
 - b) Indicador de resultado: Número de produtos (bens e serviços) lançados no mercado / Número de produtos (bens e serviços) relevantes do COVID-19 disponibilizados pelos projetos (%).
- 2- Os indicadores acima referidos constam dos avisos para apresentação de candidaturas ao nível das operações com as necessárias adaptações.

Artigo 21.º

Enquadramento europeu de auxílios de Estado

O presente regulamento respeita o regime de auxílios de Estado, ao abrigo da Comunicação intitulada «*Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia no atual contexto do surto de COVID-19 – seção “3.8 Auxílios ao investimento para a produção de produtos relevantes para fazer face à COVID-19”* - Comunicação da Comissão de 4 de abril de 2020, C (2020) 1121/01, (JO C 1121, 4.4.2020).

ANEXO

Critérios de Seleção

1- O Mérito do Projeto (MP) é determinado através da utilização dos seguintes critérios:

- A. Qualidade do projeto
- B. Impacto do projeto na competitividade da empresa
- C. Contributo do projeto para a economia
- D. Contributo do projeto para a convergência regional

2- As ponderações relativas aos critérios atrás referidos é a seguinte:

$$\text{MP} = 0,3 \text{ A} + 0,2 \text{ B} + 0,2 \text{ C} + 0,3 \text{ D}$$

Nos casos em que seja atribuída a notação 1 no critério A, o projeto é não elegível.

3- Critério A

Este critério avalia a qualidade do projeto em termos da sua estruturação, dos recursos necessários ao cumprimento dos objetivos para a produção de bens e serviços relevantes COVID-19 e das soluções propostas, bem como a sua coerência estratégica.

A graduação do critério será 1, 3 e 5.

4- Critério B

O critério B avalia os efeitos do projeto na empresa, nomeadamente sobre a produção dos seus produtos e serviços ou processos a desenvolver.

A graduação do critério será 1, 3 e 5.

5- Critério C

No critério C são aferidos os efeitos do projeto na economia. Tendo em conta que os projetos neste sistema de incentivos estão circunscritos à produção de bens e serviços COVID-19, dada a sua relevância para atual contexto económico e seu impacto na economia nacional, a pontuação deste critério é sempre de 5.

6- Critério D

Este critério avalia o impacto do projeto para a competitividade regional, designadamente no grau de resposta à procura de produtos no âmbito do COVID-19. Tendo em conta que os projetos neste sistema de incentivos estão circunscritos à produção de bens e serviços COVID-19, dada a sua relevância para atual contexto económico regional e seu impacto, a pontuação deste critério é sempre de 5.

Anexo II

Regulamento específico para apoio a atividades de Investigação e Desenvolvimento e ao investimento em Infraestruturas de Ensaio e Otimização (*upscaling*) no contexto do COVID-19 – “I&D COVID-19”

Artigo 1.º

Objeto

1. O presente regulamento tem por objeto a criação do “Sistema de Incentivos a Atividades de Investigação e Desenvolvimento e ao Investimento em Infraestruturas de Ensaio e Otimização (*upscaling*) no contexto do COVID-19”, sendo financiado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), em conformidade com o regime previsto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, que estabelece as regras gerais de aplicação dos programas operacionais financiados pelos FEEI ou por outras fontes nacionais.
2. Este sistema de incentivos visa apoiar as atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) pertinentes no contexto do combate do COVID-19;
3. O sistema de incentivos visa igualmente apoiar as infraestruturas de ensaio e otimização (*upscaling*) que contribuam para desenvolver produtos relevantes para fazer face ao COVID-19.

Artigo 2.º

Definições

Para além das definições constantes no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e na Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro, que aprova o Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização (RECI), ambos na sua atual redação, para efeitos do presente regulamento, entende-se por:

- a) “Atividades de investigação e desenvolvimento associadas ao COVID-19” – atividades de investigação associada ao combate ao COVID-19 e a outros medicamentos antivirais relevantes, incluindo a investigação de vacinas, medicamentos e tratamentos, dispositivos médicos e equipamento médico e hospitalar, desinfetantes e vestuário e equipamento de proteção, bem como importantes inovações nos processos e produtos;

- b) “Investigação fundamental” – a investigação básica, ou fundamental, desenvolvida em ambiente laboratorial e que permite a ampliação do conhecimento científico graças à criação ou modificação de teorias, podendo integrar produção e demonstração de protótipos de aplicações em ambiente laboratorial ou num ambiente de interfaces simuladas com sistemas existentes, bem como linhas-piloto de pequena escala para testar e validar o desempenho do método de fabrico, tipicamente enquadrável em níveis de TRL até 3;
- c) “Investigação industrial e de desenvolvimento experimental” - aquisição, combinação, configuração e utilização de conhecimentos e capacidades relevantes, de carácter científico, tecnológico, comercial e outros, já existentes com o objetivo de desenvolver produtos, processos ou serviços novos ou melhores, podendo incluir (i) atividades que visem a definição conceptual, planeamento e documentação sobre novos produtos, processos ou serviços; (ii) a criação de protótipos, a demonstração, a elaboração de projetos-piloto, os testes e a validação de produtos, processos ou serviços novos ou melhores em ambientes representativos das condições de funcionamento da vida real; (iii) o desenvolvimento de um protótipo ou de projeto-piloto comercialmente utilizável, que seja necessariamente o produto comercial final e cuja produção seja demasiado onerosa para ser utilizado apenas para efeitos de demonstração e de validação; e iv) atividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a níveis de TRL 4 a 9;
- d) “Data de conclusão da operação” - considera-se para este efeito a data de disponibilização dos resultados do projeto, ou a data da última fatura, sendo considerada a última destas datas, com exceção das despesas referentes a certificações contabilísticas;
- e) “Empresas em dificuldades económicas” – empresa em dificuldades nos termos previstos no artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 16 de junho.

Artigo 3.º

Âmbito Territorial

O Sistema de Incentivos a Atividades de Investigação e Desenvolvimento e ao Investimento em Infraestruturas de Ensaio e Otimização (*upscaling*) no contexto do COVID-19, tem aplicação em todo o território do continente.

Artigo 4.º

Âmbito setorial

1. São elegíveis projetos de investigação e desenvolvimento em todas as áreas de atividade associadas ao COVID-19, bem como a construção ou modernização das infraestruturas de ensaio e otimização (*upscaling*) necessárias para desenvolver, testar e otimizar, até à primeira utilização industrial, de produtos relevantes para o COVID-19.
2. As operações elegíveis nos termos do número anterior consideram-se enquadradas no domínio prioritário Saúde constante da Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3 Nacional e/ou Regional).

Artigo 5.º

Objetivo temático e prioridades de investimento

O presente sistema de incentivos enquadra-se na prioridade de investimento (P.I.) 1.2, com o objetivo de reforçar o apoio a atividades de Investigação e Desenvolvimento e ao investimento em Infraestruturas de Ensaio e Otimização (*upscaling*) no contexto do COVID-19, no âmbito do objetivo temático 1 - “Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação” dos programas operacionais financiadores.

Artigo 6.º

Tipologias de projetos e modalidades de candidaturas

1. O sistema de incentivos previsto no presente regulamento abrange as seguintes tipologias de projetos:
 - a) Tipologia de projeto “I&D Empresas”, conducentes à criação de novos produtos, processos ou sistemas, ou à introdução de melhorias significativas em produtos, processos ou sistemas, pertinentes no contexto do combate do COVID-19, incluindo Provas de Conceito, visando o desenvolvimento de ideias ou protótipos que tenham resultado de projetos de I&D realizados ou em curso, para fazer face ao COVID-19 e que estejam no processo de passagem para um produto comercializável (desenvolvimento pré-comercial);
 - b) Tipologia de projeto “Infraestruturas de Ensaio e Otimização”, visando o apoio à construção ou a modernização das infraestruturas de ensaio e otimização (*upscaling*) necessárias ao desenvolvimento de produtos relevantes para fazer face ao COVID-19.

2. A tipologia de projeto referida na alínea a) pode ser realizada na modalidade de copromoção entre empresas e entidades não empresariais do sistema de I&I, podendo os projetos ser liderados por qualquer uma destas entidades.

Artigo 7.º

Beneficiários

São beneficiários do presente sistema de incentivos:

- a) As empresas sedeadas no território nacional, independentemente da sua dimensão e sob qualquer forma jurídica;
- b) As entidades não empresariais do sistema de I&I.

Artigo 8.º

Critérios de elegibilidade dos beneficiários

No âmbito do presente regulamento são exigíveis os seguintes critérios:

- a) Estar legalmente constituído;
- b) Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;
- c) Não ser uma empresa em dificuldade a 31 de dezembro de 2019, de acordo com a definição prevista no artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 16 de junho;
- d) Declarar que não se trata de uma empresa sujeita a uma injunção de recuperação, ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão que declara um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno, conforme previsto na alínea a) do n.º 4 do artigo 1º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 16 de junho.

Artigo 9.º

Critérios de elegibilidade dos projetos

1. Os critérios de elegibilidade dos projetos são os seguintes:
 - a) Enquadrar-se nos objetivos e prioridades definidos nos avisos para apresentação de candidaturas;
 - b) Enquadrar-se no domínio prioritário “Saúde” da estratégia de investigação e inovação para uma especialização inteligente (RIS3 Nacional e/ou Regional);

- c) Ter data de início dos trabalhos a partir de 1 de fevereiro de 2020;
 - d) Para os projetos iniciados antes da data indicada na alínea anterior, considera-se que o auxílio tem um efeito de incentivo quando for necessário para acelerar ou alargar o âmbito do projeto, sendo neste caso apenas elegíveis os custos adicionais relacionados com os esforços de aceleração dos trabalhos ou de alargamento do âmbito do projeto;
 - e) Integrar toda a informação exigida no âmbito da instrução do processo de candidatura, nos termos dos respetivos avisos, respeitando as condições e os prazos fixados;
 - f) Estar em conformidade com as disposições legais, nacionais e europeias, e regulamentares que lhes forem aplicáveis.
2. O beneficiário, em resultado do apoio, compromete-se a conceder licenças não exclusivas e em condições de mercado não discriminatórias a terceiros no Espaço Económico Europeu.
 3. No caso das operações enquadradas na tipologia de projeto “Infraestruturas de Ensaio e Otimização”, o projeto de investimento deve estar concluído no prazo de seis meses a contar da data de decisão de concessão do auxílio.
 4. Igualmente no caso de operações enquadradas na tipologia referida no número anterior, o preço cobrado pelos serviços prestados pelas infraestruturas de ensaio e otimização (*upscaling*) deve corresponder ao preço de mercado, devendo estas infraestruturas estar abertas a vários utilizadores e ser disponibilizadas de forma transparente e não discriminatória, podendo ser concedido acesso preferencial em condições mais favoráveis às empresas que tenham financiado pelo menos 10 % dos custos de investimento;
 5. Os avisos para apresentação de candidaturas podem definir limiares mínimos de investimento e determinar outros critérios de elegibilidade dos projetos.

Artigo 10.º

Despesas elegíveis

1. No caso das operações enquadradas nas tipologias de projeto “I&D empresas” são elegíveis todos os custos de investimento necessários às atividades de investigação e desenvolvimento para combate ao COVID-19, nomeadamente:

- a) Encargos com recursos humanos altamente qualificados, incluindo a remuneração base e os respetivos encargos sociais, bem como encargos com bolsheiros diretamente suportados pelos beneficiários;
 - b) Equipamentos científicos e tecnológicos imprescindíveis ao projeto, incluindo equipamentos informáticos e digitais, instrumentos de diagnóstico e ferramentas de recolha e processamento de dados;
 - c) Aquisição de dispositivos médicos, equipamento médico e hospitalar, incluindo desinfetantes e equipamento de proteção individual;
 - d) Aquisição de serviços a terceiros, para assistência técnica, científica e consultoria especializada, incluindo os custos incorridos com a obtenção das avaliações da conformidade, testes e ensaios laboratoriais, certificações e/ou das autorizações necessárias para a comercialização de equipamentos de proteção, dispositivos médicos, vacinas e medicamentos novos e melhorados, entre outros produtos e serviços de I&D relevantes para o combate ao COVID-19, incluindo ensaios pré-clínicos e clínicos (fases de ensaio I-IV)¹;
 - e) Despesas associadas ao registo nacional e no estrangeiro de patentes, direitos de autor, modelos de utilidade e desenhos, modelos nacionais ou marcas, quando associadas às outras formas de proteção intelectual;
 - f) Matérias primas, consumíveis laboratoriais e componentes para testes e protótipos;
 - g) Despesas com a demonstração, promoção e divulgação dos resultados do projeto, nomeadamente no cumprimento das políticas nacionais de acesso aberto;
 - h) Custos indiretos, calculados com base em custos simplificados, assentes na aplicação da taxa fixa de 25 % dos custos elegíveis diretos, com exclusão da subcontratação, de acordo com o previsto no artigo 20.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 480/2014, de 3 de março.
2. No caso das operações enquadradas na tipologia de projeto “Infraestruturas de Ensaio e Otimização” são elegíveis os custos de investimento associados à construção ou modernização das infraestruturas de ensaio e otimização (*upscaling*), nomeadamente:

¹ Os ensaios de fase IV são elegíveis desde que possibilitem novos avanços científicos ou tecnológicos.

- a) Encargos com a construção ou modernização das infraestruturas de ensaio e otimização (*upscaling*) relevantes para o combate ao COVID-19, incluindo vacinas, nomeadamente a aquisição de máquinas e equipamentos, bem como aquisição de serviços para assistência técnica, científica e consultoria especializada necessárias ao desenvolvimento das capacidades das infraestruturas;
 - b) Aquisição de produtos intermédios, princípios farmacêuticos ativos e matérias-primas;
 - c) Aquisição de dispositivos médicos, equipamento médico e hospitalar, incluindo ventiladores e vestuário e equipamento de proteção, bem como instrumentos de diagnóstico e as matérias-primas necessárias;
 - d) Aquisição de desinfetantes e seus produtos intermédios e substâncias químicas básicas necessárias para a sua produção;
 - e) Encargos com ferramentas de recolha/processamento de dados.
3. Com exceção do fixado na alínea h) do n.º 1, que fixa disposições em matéria da aplicação de custos simplificados relativamente a custos indiretos, os custos elegíveis apresentados nos pedidos de pagamento do beneficiário, assentam numa base de custos reais, sendo justificados através de faturas pagas ou outros documentos contabilísticos de valor probatório equivalente.

Artigo 11.º

Despesas não elegíveis

Constituem despesas não elegíveis as referidas no artigo 7.º e na alínea a) do artigo 73º do RECI.

Artigo 12.º

Taxa de financiamento e forma de incentivo

1. No caso das operações enquadradas nas tipologias de projeto “I&D empresas” os apoios são atribuídos sob a forma de incentivo não reembolsável, sendo aplicáveis as seguintes taxas de cofinanciamento:
 - a) A taxa de incentivo a atribuir é de 100% relativamente aos custos elegíveis nas atividades de investigação fundamental (até níveis de TRL 3);
 - b) A taxa de incentivo é de 80% dos custos elegíveis nas atividades de investigação industrial e desenvolvimento experimental (níveis de TRL 4 e superiores);

- c) A taxa de 80% dos custos elegíveis nas atividades de investigação industrial e desenvolvimento experimental pode ser majorada em 15 p.p., se mais do que um Estado-Membro apoiar o projeto de investigação ou se a investigação for realizada em colaboração transfronteiriça com organizações de investigação ou outras empresas.
2. No caso das operações enquadradas na tipologia de projeto “Infraestruturas de Ensaio e Otimização”, os apoios são atribuídos sob a forma de incentivo não reembolsável, sendo aplicáveis as seguintes taxas de cofinanciamento:
- a) A taxa máxima de incentivo a atribuir é de 75%;
 - b) A taxa de apoio de 75% prevista na alínea anterior pode ser majorada em 15 p.p. se o projeto for concluído no prazo de 2 meses a contar da data de decisão;
 - c) Sempre que o prazo máximo de execução de 6 meses não seja cumprido, por motivo imputável ao beneficiário, há lugar ao reembolso de 25% do apoio atribuído a título não reembolsável, por cada mês de atraso nas seguintes condições:
 - i. O plano de reembolso tem início 30 dias após a decisão de encerramento do projeto;
 - ii. Sem pagamento de juros ou outros encargos;
 - iii. As amortizações são efetuadas em prestações anuais, iguais e sucessivas;
 - iv. O prazo de reembolso pode ir até 5 anos.
 - d) Os auxílios no âmbito desta tipologia não devem ser combinados com outros auxílios ao investimento para os mesmos custos elegíveis.

Artigo 13.º

Apresentação de candidatura

As candidaturas são apresentadas no âmbito de avisos para apresentação de candidaturas e são submetidas através de formulário eletrónico, disponível no Balcão 2020.

Artigo 14.º

Avisos para apresentação de candidaturas

Os avisos para apresentação de candidaturas, para além de conter os elementos referidos no n.º 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei nº 159/2014, na sua atual redação, devem igualmente

integrar os elementos referidos na Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro, na sua atual redação.

Artigo 15.º

Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas

1. Os procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas são os constantes dos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, na sua atual redação, sem prejuízo do disposto nos números seguintes e nos avisos para apresentação de candidaturas.
2. Os Organismos Intermédios identificados no artigo 19.º, ou as Autoridades de Gestão, procedem à avaliação das candidaturas, emitindo parecer, com base nos critérios de seleção constantes no Anexo A ao presente regulamento, do qual faz parte integrante, num prazo de 7 dias úteis após a data de apresentação da candidatura.
3. A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pelas Autoridades de Gestão no prazo de 10 dias úteis após a data de apresentação da candidatura e notificada ao beneficiário, no prazo de 3 dias úteis, a contar da data da sua emissão.
4. Os Organismos Intermédios ou as Autoridades de Gestão, podem recorrer a pareceres externos de entidades com competências na matéria, designadamente à Fundação para a Ciência e Tecnologia ou a organismos do Ministério da Saúde, nomeadamente na área do medicamento e da saúde pública, em função do âmbito dos projetos em análise.
5. Os critérios de delimitação de intervenção das Autoridades de Gestão encontram-se definidos no Anexo B ao presente regulamento, do qual faz parte integrante.

Artigo 16.º

Aceitação da decisão

1. A aceitação da decisão da concessão do incentivo é feita mediante a assinatura do termo de aceitação, podendo para esse efeito utilizar o Cartão do Cidadão (CC) ou Chave Móvel Digital (CDM), com recurso ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP).
2. Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, na sua atual redação a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário.

Artigo 17.º

Obrigações dos beneficiários

Para além das obrigações previstas no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, devem ainda ser cumpridas as condições previstas no artigo 12.º da Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro, ambos na sua atual redação.

Artigo 18.º

Pagamentos aos beneficiários

1. Os pagamentos aos beneficiários são efetuados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. ou pelos Organismos Intermédios com competências delegadas nessa matéria, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.
2. Os pedidos de pagamento são apresentados pelos beneficiários no Balcão 2020.
3. Como regra geral aplicam-se os seguintes procedimentos:
 - a) É processado um adiantamento automático inicial após a aceitação do termo de aceitação, no montante equivalente a 50% do incentivo aprovado, na modalidade de Pagamento a Título de Adiantamento (PTA);
 - b) Cada projeto apenas pode apresentar um pedido de Pagamento a Título de Reembolso Intercalar (PTRI);
 - c) O Pagamento a Título de Reembolso Final (PTRF) deve ser apresentado pelo beneficiário no prazo máximo de 30 dias após a data de conclusão do projeto, podendo este prazo ser prorrogado mediante justificação fundamentada a apresentar à autoridade de gestão ou ao organismo intermédio;
 - d) A comprovação das despesas efetivamente incorridas e declaradas na modalidade de custos reais, é efetuada utilizando formulário eletrónico próprio disponibilizado no Balcão 2020, que inclui a Declaração de Despesa de Investimento, composta pelo Mapa Despesa do Investimento, validada pelo revisor oficial de contas (ROC), ou por contabilista certificado (CC) nos PTRI/PTRF com investimento elegível inferior a 200.000 euros ou em empresas não sujeitas à “certificação legal de contas”.
 - e) O montante acumulado dos pagamentos, efetuados a título de adiantamento ou de reembolso intercalar, não pode exceder 95% do montante de incentivo total aprovado.

Artigo 19.º

Organismo Intermédio

Conforme estabelecido nos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, na sua atual redação que define o modelo de governação do Portugal 2020, os Organismos Intermédios designados por contrato de delegação de competências de gestão, para efetuar a seleção e acompanhamento da execução dos projetos são:

- a) A Agência Nacional de Inovação (ANI), no caso de projetos realizados em copromoção;
- b) A Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), no caso de projetos individuais, realizados por uma empresa.

Artigo 20.º

CrITÉrios de seleção das candidaturas

1. As candidaturas são selecionadas com base numa avaliação de mérito do projeto, apurado através dos critérios de seleção aprovados e conforme referencial descrito no Anexo B ao presente regulamento.
2. Os projetos são selecionados em função da data instrução completa do processo e até ao limite orçamental definido nos avisos para apresentação de candidaturas, sem prejuízo do referido limite poder ser reforçado por decisão das Autoridades de Gestão.

Artigo 22.º

Indicadores de realização e de resultado

Como indicadores de realização e resultado são definidos os seguintes:

- a) Indicador de realização: Número de soluções disponibilizadas pelo projeto;
- b) Indicador de resultado: Número de soluções disponibilizadas relevantes para utilização no âmbito do COVID-19 / Número de soluções disponibilizadas pelo projeto (%).

Artigo 23.º

Enquadramento europeu de auxílios de Estado

O presente regulamento respeita o regime de auxílios de Estado, ao abrigo da Comunicação intitulada «*Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia no atual contexto do surto de COVID-19 – seções “3.6 – Auxílios para atividades de investigação e desenvolvimento no contexto da COVID-19” e “3.7 - Auxílios ao investimento em infraestruturas de ensaio e otimização (upscaling)”*»- Comunicação da Comissão de 4 de abril de 2020, C (2020) 1121/01, (JO C 1121, 4.4.2020).

ANEXO A

Critérios de Seleção

1. O Mérito do Projeto (MP) é determinado através da utilização dos seguintes critérios:

- A. Qualidade do Projeto
- B. Impacto do projeto na competitividade da empresa
- C. Contributo do projeto para a economia
- D. Contributo do projeto para a convergência regional

2. As ponderações relativas aos critérios atrás referidos é a seguinte:

$$\text{MP} = 0,4 \text{ A} + 0,2 \text{ B} + 0,2 \text{ C} + 0,2 \text{ D}$$

Nos casos em que seja atribuída a notação de 1 no critério A, o projeto é não elegível.

3. Critério A

Este critério avalia a qualidade do projeto em termos da sua estruturação, dos recursos necessários ao cumprimento dos objetivos, designadamente a natureza da inovação e das soluções propostas, bem como a sua coerência estratégica.

A graduação do critério será 1, 3 e 5.

4. Critério B

O critério B avalia os efeitos do projeto na empresa, nomeadamente sobre a produção dos seus produtos ou processos a desenvolver.

A graduação do critério será 1, 3 e 5.

5. Critério C

No critério C é aferido o efeito do projeto na empresa na resposta ao contexto do COVID-19, valorizando-se a integração em domínios da RIS3 e a resposta a desafios sociais neste âmbito.

A graduação deste critério neste sistema, atendendo ao âmbito do Aviso, será sempre de 5.

6. Critério D

No critério D é aferido os efeitos do projeto na competitividade regional no contexto do COVID-19, valorizando-se a integração em domínios da estratégia regional de especialização inteligente.

A graduação deste critério neste sistema, atendendo ao âmbito do Aviso, será sempre de 5.

ANEXO B

Critérios de delimitação de intervenção das autoridades de gestão

1. O cofinanciamento dos investimentos localizados nas regiões menos desenvolvidas NUTS II (Norte, Centro e Alentejo) é assegurado por:
 - a) Autoridade de Gestão do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, no caso de projetos de médias e grandes empresas, bem como projetos multiregionais de micro e pequenas empresas ou entidades não empresariais do Sistema de I&I (ENESII);
 - b) Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional, no caso de projetos de micro e pequenas empresas ou de projetos em copromoção liderados por (ENESII) e envolvendo apenas micro e pequenas empresas, realizados exclusivamente na respetiva NUTS II.
2. O cofinanciamento dos investimentos localizados nas regiões de Lisboa e Algarve é assegurado pela Autoridade de Gestão do respetivo programa operacional regional.